



- (1) **ATA DA VIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO**
(2) **ESTADUAL DAS CIDADES – CONCIDADES PARANÁ**, realizada no dia 27 de
(3) Outubro de 2015, com início às 8:30 horas, no Hotel Master, localizado na Rua
(4) Francisco Torres, 285, em Curitiba-PR, com a presença dos Senhores Conselheiros:
(5) **MANDATO 2014/2017: 01) Ailton Martins Lima**, suplente - Associação de
(6) Portadores de Fissura Lábio Palatal de Cascavel – APOFILAB; **02) Alceu**
(7) **Valdomiro Blaca do Nascimento**, titular - Confederação Nacional das Associações
(8) de Moradores – CONAM; **03) Aparecido da Silva Castro**, suplente - Confederação
(9) Nacional das Associações de Moradores – CONAM; **04) Andrea Luiza Currallinho**
(10) **Braga**, titular - Conselho Regional de Serviço Social - CRESS PR; **05) Anselmo**
(11) **Schwertner**, titular - Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM; **06)**
(12) **Antonio Weinhardt Junior**, titular - Secretaria de Estado do Desenvolvimento
(13) Urbano – SEDU; **07) Carlos Augusto Storer**, titular - Serviço Social Autônomo
(14) PARANACIDADE; **08) Denilson Pestana da Costa**, titular - Nova Central Sindical
(15) de Trabalhadores do Estado do Paraná - NCST PR; **09) Edenir Zandoná Junior**,
(16) titular - Federação do Comércio do Estado do Paraná - FECOMÉRCIO PR; **10) Elair**
(17) **de Macedo e Silva Grassani**, titular - Centro de Estudos, Defesa e Educação
(18) Ambiental – CEDEA; **11) Eliete de Campos Lima**, suplente - Movimento Nacional
(19) de Luta pela Moradia – MNLM; **12) Erivelto Luiz Silveira**, titular - Companhia de
(20) Saneamento do Paraná – SANEPAR; **13) Fábio Cesar Stele**, suplente -
(21) Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN; **14) Fausto Yoshinori Anami**,
(22) suplente - Associação dos Municípios do Médio Paranapanema – AMEPAR; **15)**
(23) **Francisco José Gouveia de Castro**, suplente - Instituto Paranaense de Desenv.
(24) Econômico e Social – IPARDES; **16) Gilmário Ferraz da Silveira**, titular -
(25) Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU; **17) Hemerson Yukio**
(26) **Yokota**, suplente - Câmara Municipal de Umuarama; **18) Hilma de Lourdes**
(27) **Santos**, titular - Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM; **19) Jair**
(28) **Francisco Santos**, suplente - Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR;
(29) **20) José Abel Brina Olivo**, suplente - Observatório Social do Brasil; **21) José**
(30) **Borges**, suplente - Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM; **22) José**
(31) **Carlos Infante Bonatto**, titular - Associação Comercial do Paraná; **23) Luis**
(32) **Candido Ferreira Martins**, titular - Sind. Das Inds. Pré-moldados de Concreto e
(33) Artefatos de Cimento do Norte do Paraná - SINDCCON NORTE/PR; **24) Luiz de**
(34) **Mauro**, titular - Confederação Nacional das Associações de Moradores – CONAM;
(35) **25) Lyana Bacil**, suplente - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano –
(36) SEDU; **26) Márcia Ferreira da Silva**, titular- Câmara Municipal de Pinhais; **27)**
(37) **Marcia Gomes de Oliveira Marinho**, suplente - Movimento Nacional de Luta pela
(38) Moradia – MNLM; **28) Marcos Antonio Levandoski**, suplente - Associação dos
(39) Municípios Campos Gerais – AMCG; **29) Maria Fernanda Lagana de Almeida**
(40) **Santos**, suplente – Poder Público, Estadual - COHAPAR; **30) Maria Inez Gomes**,
(41) titular - União por Moradia Popular do Estado do Paraná - UMP-PR; **31) Marli**
(42) **Segato Babinski**, suplente - Sindicato dos Empregados no Comércio de Pato
(43) Branco(CUT); **32) Mauro Sergio Langowiski**, titular - Central de Movimentos
Populares – CMP; **33) Neuroci Antonio Frizzo**, titular - Associação dos Municípios



(44) do Oeste – AMOP; **34) Neuza Matias Catarino**, suplente - Central de Movimentos
(45) Populares – CMP; **35) Nilson Elísio Pereira**, suplente - Confederação Nacional das
(46) Associações de Moradores – CONAM; **36) Nilson Lopes Andrade**, titular -
(47) Associação dos Municípios do Vale do Ivaí – AMUVI; **37) Orlando Bonette**, titular
(48) - União por Moradia Popular do Estado do Paraná - UMP-PR; **38) Osni Bazilio**
(49) **Mendes**, titular - Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense – AMUSEP;
(50) **39) Paulo Nobukuni**, titular - Universidade Estadual do Centro Oeste –
(51) UNICENTRO; **40) Paulo Rolando de Lima**, suplente - Universidade Tecnológica
(52) Federal do Paraná; **41) Ricardo Luiz Leites de Oliveira**, suplente - Assoc. Com. E
(53) Emp. De Mal. Candido Rondon – ACIMACAR; **42) Ronald Peixoto Drabik**, titular
(54) - Associação Comercial e Industrial de Cascavel – ACIC; **43) Sandro Almir Setim**,
(55) titular - Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC; **44) Sebastião**
(57) **Francisco Rego**, titular - Central de Movimentos Populares – CMP; **45) Silvio José**
(58) **Gonçalves**, titular - Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM; **46) Sirlei**
(59) **César de Oliveira**, titular - Federação dos Trab. nas Ind. da Constr. e do Mobiliário
(60) do Estado do Paraná – FETRACONSPAR; **47) Timóteo Borges de Campos**, titular
(61) - Confederação Nacional das Associações de Moradores – CONAM; **48) Valdir**
(62) **Aparecido Mestriner**, titular - Sindicato dos Trabalhadores em Urbanização do
(63) Estado do Paraná SINDIURBANO – PR; **49) Valter Fanini**, suplente - Sindicato dos
(64) Engenheiros no Estado do Paraná - SENGE-PR; **50) Vivian Colley**, suplente -
(65) Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística- SEIL; Qual teve a seguinte pauta:
(66) 1. Abertura Regimental; 2. Informes da Secretaria Executiva CONCIDADES PR; 3.
(67) Aprovação da Pauta da 28ª Reunião Ordinária; 4. Aprovação da Ata da 27ª Reunião
(68) Ordinária; 5. Indicação da Comissão Coordenadora da 29ª Reunião Ordinária; 6. 6ª
(69) Conferência Estadual das Cidades – Convocatória; 7. Constituição Grupo de
(70) Trabalho – Estatuto da MetrÓpole; 8. Apresentação Secretaria de Planejamento de
(71) Cascavel; 9. Apresentação da Câmara Técnica de Saneamento Ambiental; 10.
(72) Apresentação da Câmara Técnica de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana; 11.
(73) Apresentação da Câmara Técnica de Habitação; 12. Apresentação da Câmara
(74) Técnica de Planejamento e Gestão do Solo; 13. Apresentação dos Grupos de
(75) Trabalho. Abertura feita pelo Conselheiro Osni B. Mendes, representando neste ato
(76) através de Resolução Administrativa nº 014/2015 deste CONCIDADES PARANÁ o
(77) Secretário Executivo Mauro Rockenbach, que não pode comparecer por motivo de
(78) problemas de saúde. Após convidou para comporem a mesa, o Diretor Geral da
(79) Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, João Carlos Ortega e os membros
(80) da Comissão Organizadora da 28ª R.O., os Conselheiros: Hilma de Lourdes Santos-
(81) Movimentos Sociais e Populares; Hemerson Yukio Yokota – Poder Público
(82) Municipal; Carlos Augusto Storer – Poder Público Estadual; Lucie Mara P. Winter –
(83) Poder Público Federal; Denilson Pestana da Costa – Área dos Trabalhadores; Luis
(84) Cândido Ferreira Martins- Área Empresarial; José Ricardo Vargas de Faria-
(85) Área Acadêmica e Ailton Lima-ONG's. O Diretor Geral da Secretaria de Estado do
(86) Desenvolvimento Urbano, João Carlos Ortega: Sejam sempre bem vindos, nesta
(87) oportunidade estou representando o Secretário Ratinho Junior. O Conselheiro Osni B.
Mendes deu sequência à reunião lendo os informes da Secretaria Executiva do



- (88) CONCIDADES para a 28ª R.O: **Conselheiros que justificaram ausência na 28ª**
(89) **Reunião Ordinária: Carlos Aparecido da Silva Melo**, Titular, Área Trabalhadores
(90) – CUT; **Hélio Bampi**, Suplente, Área Empresarial – FIEP; **Honorina Irene Silva**
(91) **Santos**, Titular, Movimentos Sociais – CMP; **Izabella Maria Swierczynki**,
(92) Suplente, Poder Público Estadual – SEMA; **João Francisco Ferreira**, Titular,
(93) ONG's – AGAP-DEVIVA; **Luciano Marcelo Dias Queiroz**, Suplente, Poder
(94) Público Municipal – AMUNORPI; **Lucie Mara P. Winter**, Titular, Poder Público
(95) Federal – SPU; **Samir Jorge**, Titular, Área Acadêmica – CREA; **Sergio Ferreira**
(96) **Doszanet**, Suplente, Movimentos Sociais – CONAM; **Zilda Maria Cavalarini**,
(97) Suplente, Movimentos Sociais – CMP; **2. Reuniões realizadas: Reunião Comissão**
(98) **Organizadora da 27ª R.O. realizada dia 23 de Junho de 2015, às 09:00 horas na**
(99) **SEDU; 3. Ofícios recebidos:** a) Ofício 101/CEPDEC da Coordenadoria Estadual de
(100) Proteção e Defesa Civil - recebido dia 13/05; b) Ofício AEAF 051/15 da Assessoria
(101) Especial para Assuntos Fundiários - recebido dia 19/05; c) Ofício 1013/2015 da
(102) Procuradoria da República no Município de Foz do Iguaçu – recebido dia 20/05; d)
(103) Ofício 537 do Ministério da Saúde – Fundação Nacional de Saúde – recebido dia
(104) 22/05; e) Ofício 2406 do INCRA – recebido dia 01/06; f) Ofício 61/2015 da Agência
(105) Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis-ANP – recebido dia 15/05; g)
(106) Ofício 031/COORTERRA do Subcomando Geral Coorterra Polícia Militar do Estado
(107) do Paraná – recebido dia 19/06; h) Ofício 108/2015-SEMU da Prefeitura Municipal
(108) de São José dos Pinhais – recebido dia 03/07; i) Ofício 229/2015 da SANEPAR –
(109) recebido dia 13/07; j) Ofício Circular 000380/2015 do Ministério das Cidades –
(110) recebido 14/07; l) Ofício 6266/2015 da COHAPAR – recebido dia 23/07; **4. Ofícios**
(111) **enviados:** Ofício 021/2015 CONC-PR a Companhia Paranaense de Habitação –
(112) COHAPAR – enviado dia 11/05; Ofício 022/2015 CONC-PR a Caixa Econômica
(113) Federal – enviado dia 11/05; Ofício 023/2015 CONC-PR a Fundação Nacional da
(114) Saúde – FUNASA – enviado dia 11/05; Ofício 024/2015 CONC-PR ao Instituto
(115) Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – FUNASA – enviado dia
(116) 11/05; Ofício 025/2015 CONC-PR a Companhia de Saneamento do Estado do
(117) Paraná – SANEPAR – enviado dia 11/05; Ofício 026/2015 CONC-PR ao Ministério
(118) das Cidades – enviado dia 11/05; Ofício 027/2015 CONC-PR a Polícia Militar do
(119) Estado do Paraná – Coorterra – enviado dia 11/05; Ofício 028/2015 CONC-PR a
(120) Casa Civil – Assessoria Especial para Assuntos Fundiários – enviado dia 11/05;
(121) Ofício 029/2015 CONC-PR a Defesa Civil – enviado dia 11/05; Ofício 030/2015
(122) CONC-PR ao INCRA – enviado dia 11/05; Ofício 031/2015 CONC-PR a Prefeitura
(123) de Guaíra – enviado dia 11/05; Ofício 032/2015 CONC-PR ao Ministério Público
(124) Federal – enviado dia 11/05; Ofício 033/2015 CONC-PR a Agência Nacional de
(125) Transporte Terrestre-ANTT – enviado dia 20/05; Ofício 034/2015 CONC-PR a
(126) Assembleia Legislativa do Estado do Paraná-ALEP – enviado dia 20/05; Ofício
(127) 035/2015 CONC-PR a Associação dos Municípios do Paraná – AMPR enviado dia
(128) 20/05; Ofício 036/2015 CONC-PR a ACAMPAR enviado dia 20/05; Ofício
(129) 037/2015 CONC-PR a SANEPAR enviado dia 20/05; Ofício 038/2015 CONC-PR a
(130) FACIAP enviado dia 20/05; Ofício 039/2015 CONC-PR a Agência Nacional do
Petróleo enviado dia 20/05; Ofício 040/2015 CONC-PR a FAEP enviado dia 20/05;



(131) Ofício Circular 041/2015 CONC-PR aos Prefeitos do Estado do Paraná enviado dia
(132) 20/05; Ofício 042/2015 ao Secretário Municipal de Planejamento do Município de
(133) Cascavel enviado dia 25/05; **5. Informes Gerais: Disponibilizado por e-mail:**
(134) Programação, Pauta e Ata da 27ª – enviado dia 16 de Outubro de 2015; **Conferência**
(135) **Estadual das Cidades – CRONOGRAMA** aprovado na última Reunião Ordinária do
(136) CONCIDADES NACIONAL – Convocatória da Conferência pelo Conselho
(137) Estadual ou na sua ausência pelo Governo Estadual Até 10 de Novembro de 2015;
(138) Constituição da Comissão Preparatória Estadual - Até 21 de Dezembro de 2015 **Obs.**
(139) **Já está constituída faltando somente publicar;** Constituição das Comissões de
(140) Infraestrutura e Logística, Mobilização e Articulação, Sistematização e Metodologia,
(141) Validação- Até 15 de Janeiro de 2016; CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS -
(142) 01/01/2016 a 05/07/2016; 6ª CONFERÊNCIA ESTADUAL - 01/11/2016 a
(143) 31/03/2017; 6ª CONFERÊNCIA NACIONAL- 05 a 09 de junho de 2017;
(144) **Regimento Interno CONCIDADES PARANÁ:** O processo de Regimento Interno
(145) retornou da Procuradoria Geral do Estado no final do mês de maio, onde constatou-se
(146) que, para que seja válida a alteração, esta deve ser aprovada em reunião específica
(147) para tanto, com maioria absoluta dos membros do CONCIDADES PARANÁ, onde
(148) determina **para que seja válida a alteração do mesmo, esta deve ser aprovada em**
(149) **reunião específica para tanto com o voto favorável da maioria absoluta dos**
(150) **membros do CONCIDADES - Art. 46 do regimento vigente.** Ou seja a alteração
(151) não pode ser aprovada em reunião ordinária do CONCIDADES, como ocorreu, na
(152) qual são discutidas outras questões do Conselho. Para tanto, foi convocada um
(153) Reunião Extraordinária a ser realizada nesta quarta-feira (dia 28/10/15). **2.**
(154) **Aprovação da Pauta da 28ª Reunião Ordinária:** aprovada por unanimidade de
(155) votos; **3. Aprovação da Ata da 27ª Reunião Ordinária:** Foi dispensada a leitura
(156) pois a mesma havia sido enviada na data de 06/07/2015 e reenviada na data de
(157) 16/10/2015 aos Conselheiros, feito isso a Ata foi aprovada por unanimidade de
(158) votos. **4. Indicação da Comissão Organizadora da 29ª Reunião Ordinária:**
(159) **Neuroci Antonio Frizzo** – Poder Público Municipal; **Valdir A. Mestriner** – Área
(160) dos Trabalhadores; **Ailton Lima** – ONG's; **Orlando Bonette** – Movimentos Sociais
(161) e Populares; **Andrea L.C.Braga** – Área Acadêmica; **Antônio Weinhardt Junior** –
(162) Poder Público Estadual; **José Carlos I. Bonatto** – Área Empresarial; **5. 6ª**
(163) **Conferência Estadual das Cidades – Convocatória:** Informado pelo Conselheiro
(164) Gilmário Ferraz da Silveira, que o Decreto Convocatório foi enviado para a Casa
(165) Civil, para assinatura do Governador, *a posteriori* para publicação. Decreto
(166) convocatório aprovado pela unanimidade de votos. **6. Constituição Grupo de**
(167) **Trabalho Estatuto da MetrÓpole:** Antonio Weinhardt Junior (titular) e Erivelto
(168) (suplente)-Poder Público Estadual; Denilson Pestana da Costa (titular) e Valter
(169) Fanini (suplente)-Área dos Trabalhadores; Ailton Lima(titular) e Elair de Macedo e
(170) Silva Grassani(suplente)-ONG's; Neuroci A. Frizzo(titular) e Marcos Levandoski
(171) (suplente)-Poder Público Municipal; Ronald Drabik (titular) e José Carlos Infante
(172) Bonatto (suplente)-Área Empresarial; Andrea Luiza C. Braga (titular) e José Ricardo
(173) Vargas de Faria (suplente)-Área Acadêmica; Lucie Mara P. Winter (titular) e Olga
Firkowski (suplente)-Poder Público Federal; Hilma de Lourdes Santos, Orlando



(174) Bonette e Timoteo Borges de Campos (titulares) e Sebastião Francisco Rego, Neuza
(175) Matias Catarino e Aparecido da Silva Castro (suplentes)-Movimentos Sociais e
(176) Populares; **7. Constituição do Grupo de Trabalho Projeto de Lei CONCIDADES**
(177) **PARANÁ:** Valdir Aparecido Mestriner(titular) e Marli Segato Babinski (suplente)-
(178) Área dos Trabalhadores; José Abel Brina Olivo (titular) e Ailton Lima(suplente)-
(179) ONG's; Osni Basílio Mendes (titular) e Nilson Lopes Andrade(suplente)-Poder
(180) Público Municipal; Mauro Sergio Langowski (titular) e Silvio José Gonçalves
(181) (suplente)-Movimentos Sociais e Populares; Ricardo Leites (titular) e Ronald Drabik
(182) (suplente) - Área Empresarial; Gilmário Ferraz da Silveira (titular) e Antonio
(183) Weinhardt Junior (suplente)-Poder Público Municipal; Paulo Nobukuni (titular) e
(184) Andrea C. Braga (suplente)-Área Acadêmica; Olga Firkowski (titular) e Lucie Mara
(185) P. Winter(suplente)-Poder Público Federal; **8. Apresentação Sr. Adir dos Santos**
(186) **Tormes e Sra. Marilda – Secretaria de Planejamento de Cascavel:** falaram sobre
(187) Programa de Desenvolvimento Integrado no município de Cascavel – PDI;
(188) **Componente I:** Transporte e Sistema Viário; **Componente II:** Melhoria do Meio
(189) Ambiente e Social; **Componente III:** Fortalecimento Institucional; Cascavel Digital
(190) e GeoPortal - Consiste em um amplo projeto de comunicação que envolve internet,
(191) transmissão de dados, voz e imagem, através das mais modernas tecnologias, dentre
(192) outros. A apresentação integral está disponível no sítio do CONCIDADES PARANÁ;
(193) **9. Apresentação Câmara Técnica de Saneamento,** feita pela Conselheira Elair, a
(194) qual leu a ata da CT, qual segue seu inteiro teor: ‘Dando início aos trabalhos, foram
(195) dadas boas-vindas a todas/os as/os participantes e apresentado o sr. Jair Francisco dos
(196) Santos, funcionário da Sanepar, pelo conselheiro Erivelto Luiz Silveira, representante
(197) da Sanepar, sendo sugerido a esta CT a formalização da substituição do sr. Roberval
(198) Biscaia da Silva (conselheiro suplente) pelo sr. Jair Francisco dos Santos neste
(199) Conselho. Num segundo momento, procedeu-se à leitura e discussão do Ofício nº
(200) 537/DIESP/SUEST/PR, enviado ao CONCIDADES PR pelo MINISTÉRIO DA
(201) SAÚDE – Fundação Nacional de Saúde/Funasa em resposta ao segundo ofício
(202) encaminhado à Funasa (Ofício CONCIDADES PR nº 023/2015, dirigido à
(203) Superintendência Estadual da Funasa no Paraná) solicitando uma PLANILHA
(204) completa que possibilitasse identificar quais são os municípios referidos apenas
(205) numericamente e qual a situação de cada um desses quanto ao tratamento do esgoto
(206) doméstico, uma vez que isso interfere diretamente na saúde pública. Em virtude da
(207) referida planilha também não se apresentar suficientemente esclarecedora quanto a
(208) como os municípios arrolados são atendidos pelos 132 convênio/obras citados; bem
(209) como em relação aos projetos de Sistemas de Esgotamento Sanitário (público
(210) contemplado, tipos de projeto) dos 91 municípios citados, esta CT solicita à
(211) Secretaria Executiva do CONCIDADES PR que encaminhe novo ofício à Funasa,
(212) para que a mesma não só envie informações mais detalhadas acerca dos municípios
(213) com até 50.000 habitantes e valores a eles referentes, mostrando em que tais recursos
(214) foram investidos, apresentando detalhamento quanto ao índice de população
(215) efetivamente atendida em cada cidade atualmente, e qual o aumento desse índice
(216) após os investimentos; bem como detalhamento dos investimentos por tipo de
projeto; mas também encaminhe um representante para explanar, em Reunião



(217) Plenária do CONCIDADES – PR, sobre a situação atual do saneamento em cada
(218) cidade. Em seguida, foi lido pela conselheira Marli o Ofício CONCIDADES PR nº
(219) 024/2015, encaminhado ao Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e
(220) Social – IpardeS e o Ofício CONCIDADES PR nº 025/2015, encaminhado à
(221) Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar, os quais se referem,
(222) respectivamente, à solicitação ao IpardeS para que possibilite a participação desse
(223) técnico como colaborador na Câmara Técnica de Saneamento, que foi respondido
(224) positivamente por esse instituto, por meio do Ofício; e à formalização da participação
(225) do geólogo Sr. Erivelto Luiz Silveira, como representante titular da Sanepar, também
(226) respondido positivamente por meio do Ofício. A seguir, procedeu-se à deliberação
(227) da CT de Saneamento acerca dos seguintes encaminhamentos à Secretaria Executiva
(228) do CONCIDADES PR: solicitação à Sanepar para que proceda à formalização da
(229) substituição do sr. Roberval Biscaia da Silva (conselheiro suplente) pelo sr. Jair
(230) Francisco dos Santos nas reuniões deste Conselho; moção de repúdio à reinstalação
(231) entrada do Fracking no Brasil, sugerida pela conselheira Elair e ratificada pelas/os
(232) demais conselheiros, comprometendo-se o conselheiro Frizzo a apresentar a
(233) proposição ao GT do Fracking. **Deliberações: Encaminhar a FUNASA novo ofício**
(234) **solicitando que a mesma reencaminhe planilha apresentando índice da**
(235) **população atendida com esgotamento sanitário atual bem como este índice após**
(236) **os investimentos; solicitamos ainda, em quais tipos de projetos estão sendo**
(237) **investidos recursos. E por fim, solicitamos um representante deste órgão para**
(238) **realizar uma apresentação. Ofício a SANEPAR formalizando a indicação do**
(239) **Conselheiro Suplente Jair Francisco dos Santos junto a esse Conselho.**
(240) Deliberações aprovadas por unanimidade de votos. **10. Apresentação Câmara**
(241) **Técnica de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana**, feita pela Conselheira
(242) Vivian Colley, qual segue seu inteiro teor: ‘Iniciou-se a reunião com a leitura da ata
(243) da 27ª reunião ordinária da câmara e foi reforçada a importância de se tratar sobre a
(244) lei de mobilidade destacando a necessidade de considerar o acesso ao transporte
(245) coletivo ao se licenciar loteamentos. Foram trazidos vários exemplos de como as
(246) pressões do mercado imobiliário afetam as decisões públicas, em geral criando
(247) loteamentos populares em regiões afastada, dificultando o acesso à infraestrutura
(248) urbana e causando diversos problemas administrativos e sociais. Mencionou-se a
(249) prática da criação indiscriminada de normas que pressionam as administrações
(250) municipais à fiscalização e controle cada vez maiores. Um sintoma disso é que,
(251) mesmo nos casos de cidades em que não se registra crescimento populacional, não é
(252) possível aplicar e monitorar tudo o que é exigido. Também foi feita referência à
(253) cultura do carro estabelecida no país que dificulta pensar em melhorias no transporte
(254) coletivo que por outro lado inibe sua utilização, reforçando a preferência pelo
(255) transporte motorizado individual. Há necessidade de promover uma quebra de
(256) paradigma a respeito da melhor forma de se locomover na cidade, de como fazer
(257) planejamento urbano, considerando as tendências dos movimentos humanos e a
(258) realidade das relações atuais. Foi trazida uma ideia de facilitar o acesso da população
(259) à tecnologia de forma a tornar a informação sobre mobilidade disponível e eficiente.
Foi decidido consultar formalmente os municípios com mais de vinte mil habitantes



(260) sobre o andamento dos planos de mobilidade urbana. Levantou-se a questão de se
(261) estes municípios têm recursos tanto financeiros quanto humanos para sua elaboração
(262) e, principalmente aplicação, para que não se tornem inexecutáveis e sejam apenas um
(263) cumprimento de formalidade. Retornando ao tema da acessibilidade no transporte
(264) coletivo rodoviário, ficou decidido refazer a consulta à Associação Brasileira de
(265) Normas Técnicas (ABNT) para saber se existe projeto de revisão da NBR15320
(266) especificamente para avaliar as formas de acesso aos ônibus rodoviários para que
(267) sejam realmente universais. Foi solicitado reforçar o convite para a ANTT prestar
(268) esclarecimentos sobre como é feita a regulação e fiscalização dos transportes
(269) rodoviários, em especial nos aspectos de acessibilidade e se há abertura para
(270) inovação. Também foi trazido o problema das travessias urbanas do modal
(271) ferroviário. Sugeriu-se consultar SEIL, DNIT, ANTT sobre se há algum programa ou
(272) plano para tratar estas interferências com a construção de trincheiras, passarelas,
(273) travessias, grades de proteção. Foi deixado como sugestão de pauta para as próxima
(274) reunião o debate sobre a desintegração da Rede Integrada de Transporte (RIT) na
(275) Região Metropolitana de Curitiba (RMC) e a convocação de representante da URBS
(276) e da COMEC para apresentar posição a respeito.’ **Deliberações: Ofício a COMEC-
(277) Apresentação sobre a desintegração do transporte coletivo metropolitano na
(278) próxima reunião da referida Câmara Técnica; Ofício a ABNT Verificar
(279) existência de proposta de alteração da legislação de acessibilidade em ônibus –
(280) Solicitar junto a ABNT a existência de mudança de norma de acessibilidade em
(281) ônibus; Ofício aos municípios com população superior a 20 mil habitantes
(282) solicitando informações sobre o Plano de Mobilidade - Prazo estabelecido na Lei
(283) de Mobilidade venceu em abril de 2015; Ofício a ANTT: Participação na
(284) próxima reunião da CT de Trânsito – apresentação sobre a regulamentação das
(285) normas de acessibilidade nos ônibus interestaduais; Ofício a SEIL/ DNIT/
(286) ANTT/ALL: Verificar a existência de Projetos sobre conflitos entre confluência
(287) de sistema rodoviário de sistema rodoviário e ferroviário nos centros urbanos.
(288) Verificar se há existência de fonte de recurso para financiamento e Planos de
(289) Financiamentos para municípios, empresas concessionárias - construção
(290) trincheira, passarela e grades de proteção. Deliberações aprovadas por
(291) unanimidade de votos. **11. Apresentação da Câmara Técnica de Habitação,**
(292) apresentação feita pelo Conselheiro José Abel Brina Olivo, qual segue seu inteiro
(293) teor: ‘O Presidente, Conselheiro Sirlei Cesar De Oliveira após inteirar-se das
(294) matérias deliberadas na reunião anterior, constatou que foram expedidos dois ofícios,
(295) o de nº 021/2015 endereçado à COHAPAR e o de nº 22/2015, à Caixa, sendo que os
(296) dois ofícios não atenderam ao deliberado, pois não solicitaram a presença de
(297) responsáveis das referidas instituições para explanar aos conselheiros sobre as
(298) informações solicitadas. Constatou-se que a COHAPAR enviou as informações sob a
(299) forma de cópias reprográficas, as quais não foram enviadas aos conselheiros para
(300) conhecimento prévio. Fato que impediu a análise dos dados apresentados. O
(301) conselheiro Silvio Jose Gonçalves solicitou que se reiterasse a solicitação à Caixa,
(302) visto que está ocorrendo despejos de inadimplentes. Não obtivemos informação
sobre o atendimento do envio de Moção de Repúdio sobre os fatos ocorridos no**



(303) Centro Cívico, em 29 de abril, p.p., ao senhor Governador, ao Secretário de Estado
(304) de Segurança Pública, ao Presidente da Assembleia Legislativa e ao Presidente do
(305) Tribunal de Justiça. Os conselheiros presentes não cumpriram como deliberados
(306) anteriormente: analisar as deliberações da 5ª CONCIDADES. Redefinido para a
(307) próxima reunião. O Conselheiro Silvio sugeriu que se convidasse um jurista para
(308) explanar aos conselheiros sobre a função social da propriedade. O Conselheiro Sirlei
(309) Cesar de Oliveira, informou as datas previstas para a realização da conferência:
(310) Etapas municipais: de 01/01 a 05/06/16. Etapas Estaduais: 1/11/16 a 31/03/17 e a
(311) nacional: 05 a 07/06/17. Cujo Tema será: Função Social das Cidades e da
(312) Propriedade. Terá como Lema: “Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente
(313) Justas.” **Deliberação: Oficiar a Caixa Econômica Federal e a COHAPAR**
(314) **solicitando relatório em meio eletrônico detalhado dos projetos habitacionais no**
(315) **Estado do Paraná com número de obras concluídas, entregues, aprovadas,**
(316) **licitadas por faixas e por programas do Programa Minha Casa Minha Vida -**
(317) **PMCMV, e inadimplências dos mutuários, bem como solicitar informações**
(318) **sobre os programas próprios desta Companhia. E ainda, solicitando a presença**
(319) **de um representante de cada Pasta.** Deliberação aprovada por unanimidade de
(320) votos. **12. Apresentação Câmara Técnica de Planejamento**, feita pelo Conselheiro
(321) Carlos Storer a qual teve as seguintes deliberações: **Envio de ofício aos 72**
(322) **municípios (08 municípios revisão em 2015 e 64 municípios em 2016) solicitando**
(323) **resposta sobre o processo de revisão do Plano Diretor e os procedimentos**
(324) **realizados sendo enviado resposta para Concidades, SEDU/Paraná Cidades com**
(325) **cópia aos Ministérios Públicos locais - solicitação para o envio dos ofício pela**
(326) **Secretaria Executiva do Concidades no prazo de 10 dias e resposta dos**
(327) **município no prazo de 15 dias. Envio de ofício aos 165 municípios pertencentes à**
(328) **região metropolitana (Curitiba já realizou audiência) para a participação das**
(329) **audiências públicas do Fórum Metropolitano realizado pela ALEP. Pedido de**
(330) **envio de calendário das atividades.** Deliberações aprovadas por unanimidade de
(331) votos. **13. Apresentação GT Fracking**, feita pelo Conselheiro Ronald Drabik, qual
(332) segue seu inteiro teor: ‘Informado aos presentes um histórico das ações do GT;
(333) Recebido o Ofício da ANP (nº 61/2015/GAB-ANP), datado de 15/06/2015; No
(334) ofício, o Chefe de Gabinete da ANP agradece o recebimento da Resolução 007 de
(335) 14/05/2015 – Concidades PR, e apresentam diversas considerações ao nosso ver,
(336) algumas duvidosas; O GT decidiu indicar um membro Titular e outro Suplente,
(337) aceitando o convite da ANP para participar das discussões que seguirão à publicação
(338) do relatório mencionado no referido ofício, no item 9; Indicado como Titular o
(339) Conselheiro Neuraci Frizzo e como Suplente o Conselheiro Geólogo Erivelto Luiz
(340) Silveira; O GT Fracking, recomenda ao Plenário do Concidades o referendo à
(341) CARTA DE TOLEDO e também pelo seu envio à ANP, MMA, MME, ANA,
(342) IBAMA, ICMBio, IBP e PETROBRAS, além de envio à todas Universidades
(343) Estaduais e Federais do Estado do Paraná; Atendendo ao Princípio da Precaução,
(344) consagrado na RIO 92, o GT Fracking solicita o envio da CARTA DE TOLEDO
(345) também para todos os Municípios e Câmaras de Vereadores dos municípios
paranaenses, para a Secretaria de Meio Ambiente do Estado, ao Conselho Estadual



(346) de Meio Ambiente, Conselho Nacional das Cidades, Conselho Estadual de Recursos
(347) Hídricos e também para todos os Conselhos Municipais da Cidade ou similares do
(348) Estado do Paraná; De acordo com a CARTA DE TOLEDO sugerimos a confecção
(349) de uma Cartilha para ser amplamente divulgada na próxima Conferência Estadual, a
(350) 6ª; Para a 6ª Conferência criar um Seminário sobre o Fracking; Enviar a CARTA DE
(351) TOLEDO para todos os conselheiros estaduais.’ **Deliberação: Envio da Carta de**
(352) **Toledo aos órgãos citados acima, deliberação aprovada por unanimidade de**
(353) **votos. 14. Apresentação GT Acompanhamento dos Conselhos Municipais,** feito
(354) pelo Conselheiro Ailton Lima. Qual segue seu inteiro teor: ‘Carlos Storer,
(355) coordenador do Grupo fez o relato das informações constantes na pasta do GT bem
(356) como um resgate dos últimos debates aqui realizados em relação aos Conselhos
(357) Municipais. Na seqüência com base na informação de que as respostas aos ofícios
(358) encaminhados por este Grupo de Trabalho teve um baixo percentual de respostas,
(359) definiu-se: Referendar o ofício circular já encaminhado às prefeituras acrescido de
(360) questionamentos pontuais com cópia ao Ministério Público Local de cada
(361) destinatário. Para tal uma proposta de minuta será encaminhada junto deste relatório
(362) a fim de balizar o trabalho da Secretaria executiva na direção dos questionamentos
(363) que este grupo entende serem necessários para dar continuidade aos trabalhos.
(364) Vencido este ponto iniciou-se o debate sobre a minuta do Projeto de Lei do
(365) CONCIDADES PR, Resolução 05/2010). Segundo exposto nos informes iniciais,
(366) este grupo já havia sido solicitado um posicionamento da Secretaria Executiva sobre
(367) a situação da minuta e como resposta recebemos um relatório com a tramitação no
(368) período de 30 de Julho de 2010 à 17 de Junho de 2013 com o status “*Para*
(369) *Providencias*”. Ou seja ficamos na mesma. O Conselheiro Gilmario, participante
(370) deste grupo de Trabalho e desta reunião, garantiu que ira providenciar a situação
(371) atualizada do processo de tramitação da Minuta de lei e apresentara ao grupo em sua
(372) próxima reunião. Debateu-se também as datas e informes relacionadas as
(373) Conferencias Municipais de e Estadual das Cidades conforme resolução do Conselho
(374) Nacional de 18 de Setembro de 2015 que de as Conferencias Estaduais no período de
(375) 1 de Novembro de 2016 à 31 de março de 2017 não cabendo a este grupo nenhuma
(376) deliberação no momento sobre esta pauta. Já nas considerações finais por sugestão
(377) dos Conselheiros Ronald Drabik e Ailton Lima definiu-se solicitar a Secretaria
(378) Executiva do CONCIDADES PR que encaminhe ofício ao Conselho Municipal das
(379) Cidades do Município de Cascavel solicitando os documentos, Lei(s) e Regimento(s)
(380) utilizados no processo de unificação do Conselho Municipal do município. Ainda
(381) neste mesmo assunto o coordenador do grupo Carlos Storer propôs realizar junto ao
(382) Ministério das Cidades consulta sobre os critérios de repasse aos municípios e o
(383) impacto, caso exista, em relação ao processo de unificação dos conselhos e
(384) conseqüente criação de câmaras técnicas destas áreas agrupadas, proposta também
(385) aceita e aprovada pelo grupo e que deve ser encaminhada pela Secretaria executiva.
(386) Sendo o que tinha a encaminhar encerrou-se a reunião e o relatório segue
(387) encaminhado a Secretaria Executiva para que encaminhe o que for necessário.’ **15.**
(388) **Apresentação GT Conflitos Fundiários:** Apresentação feita pela Conselheira
Neuza Matias Catarino. A qual não pode constar em Ata porque não nos enviou a



(389) apresentação do referido GT, bem como suas deliberações. **16. Apresentação GT**
(390) **Acompanhamento Ações da Defesa Civil:** Feita pelo Conselheiro Paulo Nobukuni,
(391) qual segue seu inteiro teor: ‘Inicialmente, a conselheira Cirlei apresentou-se e
(392) informou, a partir desta data, passar a fazer parte deste Conselho, em substituição à
(393) sra. Joseli Colaço. Num segundo momento, o conselheiro Paulo Nobukuni
(394) apresentou ao grupo um exemplar do livro Prevenção de Riscos e Deslizamentos em
(395) Encostas e uma cópia de outro, o curso de capacitação básica em defesa civil
(396) (deslizamentos, incêndios etc) da Universidade Federal de Florianópolis, e
(397) documento referente à Lei do Sistema Nacional de Defesa Civil/Desenvolvimento
(398) Urbano, comentando sobre sua participação desde o início deste ano do Plano
(399) Estadual de Estruturação da Defesa Civil do Paraná, como professor da Unicentro e
(400) alguém que reconhece a importância fundamental de planejamento urbano numa
(401) concepção que leva em conta a permeabilidade do solo, contenções de encostas,
(402) preservação dos fundos de vale, retenção da água das chuvas em cisternas
(403) (piscinões), ou seja, medidas que visem a prevenção e/ou mitigação de desastres
(404) ambientais; procedendo a seguir à leitura dos principais pontos da pauta da última
(405) reunião deste GT, realizada em 04 de maio do corrente, a saber: importância deste
(406) Grupo de Trabalho ter como foco o Planejamento; projeto “Cidadania na Gestão de
(407) Riscos e de Desastres no Centro-sul do Paraná”, uma parceria firmada entre a
(408) UNICENTRO, UAB, Núcleos Regionais de Educação de Guarapuava e Pitanga, e
(409) Defesa Civil do Estado; importância da educação preventiva, a exemplo do projeto
(410) “Bombeiro Mirim”; necessidade de adoção de medidas preventivas e mitigadoras da
(411) situação de risco, mesmo tendo em vista a incerteza quanto ao risco de desastre;
(412) importância e necessidade de ação articulada entre os entes federados, tendo por base
(413) a abordagem sistêmica das ações e a adoção da bacia hidrográfica como unidade de
(414) análise (Nesse sentido, o conselheiro Paulo Nobukuni destacou a importância Plano;
(415) priorização das ações preventivas em relação às demais ações; implementação do
(416) Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil; elaboração dos Planos de Contingência de
(417) Proteção e Defesa Civil pelos Municípios; e transversalidade dos Planos e Ações de
(418) Proteção e Defesa Civil com as Políticas Urbanas; em seguida, concedeu-se a palavra
(419) às/aos demais conselheiras/os, oportunidade em que o sr. Ricardo Luiz Leites de
(420) Oliveira apresentou-se e compartilhou com o grupo alguns exemplos de boas práticas
(421) ambientais adotadas em Marechal Cândido Rondon, como a obrigatoriedade de
(422) qualquer obra acima de 250m² possuir cisterna, e o incentivo aos munícipes à
(423) utilização da água pluvial em vasos sanitários, limpeza, jardins etc, o que confere a
(424) quem adota esse procedimento desconto na taxa de esgoto. Na sequência, a
(425) conselheira Cirlei mencionou o Programa de Regularização Ambiental – PRA e a Lei
(426) nº 12.651/2012 que estabelece a responsabilidade comum da União, Estados, Distrito
(427) Federal e Municípios, em colaboração com a sociedade civil, na criação de políticas
(428) públicas ambientais, destacando a fundamental importância de a Defesa Civil, tanto
(429) em âmbito estadual quanto municipal, “levantar essa bandeira”. Nesse sentido, a
(430) conselheira destacou a necessidade de se implementar em cada um dos municípios:
(431) 1) efetivo programa de educação ambiental, pautado no conceito de sustentabilidade
socioambiental; 2) incentivo fiscal a pessoas, empresas e comunidades que



(432) implementem boas práticas ambientais; e 3) fiscalização rígida. O conselheiro
(433) Marcos Levandoski destacou algumas ações exitosas (bons exemplos ou boas
(434) práticas) que vêm sendo implementadas em Ponta Grossa, como a separação seletiva
(435) de resíduos sólidos, feira verde etc; O conselheiro José Borges, por sua vez, falou que
(436) um assunto que o preocupa bastante em termos de defesa civil, enquanto
(437) coordenador municipal e estadual do Movimento Nacional de Luta por Moradia, é a
(438) questão das áreas de risco, pois existe uma lei federal que obriga a se trabalhar tendo
(439) como prioridade as pessoas que moram em área de risco, e afirmou que considera
(440) esse debate sobre tais áreas material que daria uma noção para se fazer uma ação em
(441) todo estado do Paraná, se tivesse algum órgão, como a COHAPAR, por exemplo, que
(442) tivesse algum estudo, algum mapeamento das áreas de risco de todo o Paraná;
(443) informação de extrema importância no sentido de se começar um debate preventivo,
(444) cabendo, portanto, a nós da defesa civil, chamar esse debate para não só para levar as
(445) pessoas ao real conhecimento das dimensões das catástrofes que têm havido em
(446) nosso estado, mas também para desencadear ações preventivas, comprometidas com a
(447) efetivação de políticas públicas. Destacou ainda a importância de um maior diálogo
(448) entre os sistemas de meteorologia e as comunidades, para que a população dessas
(449) possa agir mais preventivamente ou no sentido de minimizar os prejuízos. Por fim,
(450) destacou a importância de obtenção de informações em relação aos fundos
(451) municipais que existem para esse fim, pois também uma vez que tais fundos também
(452) ser aplicados em prevenção. Paulo Nobukuni: propôs solicitarmos a todos os demais
(453) municípios cobrar dos três níveis planos sérios.' **Deliberação: Oficiar a Defesa**
(454) **Civil Se os planos de contingência existem, quais são as boas práticas que esses**
(455) **municípios têm a compartilhar (água boa)? Quais os pontos críticos que**
(456) **também precisam ser expostos?** Deliberação aprovada por unanimidade de votos.
(457) Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a 27ª Reunião Ordinária e eu,
(458) Lyana Bacil, Assessora Jurídica deste CONCIDADES PR, lavrei a presente Ata, que
(459) após lida e aprovada por todos os Conselheiros presentes.
(460)